

Grupo Temático:

GT1 — História do Jornalismo

**A *SATANIZAÇÃO* DO MST NA IMPRENSA:
SEM HISTÓRIA, SEM ÉTICA¹**

AYOUB, Ayoub H.²

Universidade Estadual de Londrina,
Londrina, Paraná.

Resumo

Este trabalho apresenta resultados parciais de investigação sobre a cobertura das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST — na Folha de S. Paulo. O estudo apresenta uma combinação entre Análise do Discurso e Análise de Conteúdo, como fundamentação teórico-metodológica, para verificação de textos da primeira página do jornal publicados no ano 2000. Após a classificação dos conteúdos levantados, conclui-se que as matérias apresentam manipulação da informação e evidenciam uma posição contrária ao MST, além do desrespeito às normas do Código de Ética dos Jornalistas. As análises dos textos evidenciam a presença de padrões de manipulação na grande imprensa, conforme definidos por Perseu Abramo. A *descontextualização* está presente na omissão dos aspectos históricos das lutas pela posse da terra no Brasil, e de cinco séculos de resistência contra a opressão que influenciaram e levaram ao surgimento do MST. Sem a relevância da história das lutas, as ações do MST são apresentadas como “atos criminosos”, caracterizando, assim, uma “desconstrução historiográfica”.

¹ - Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa realizada na dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Bassani, 2006.

² - Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, Chefe do Departamento de Comunicação e Ex-Coordenador do Colegiado do Curso de Comunicação Social — Habilitação Jornalismo — da Universidade Estadual de Londrina.

De fato, só existimos hoje porque, antes de nós, o povo organizou outras formas de organização e de luta por justiça. Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas, dos negros, dos brancos, dos movimentos camponeses e de resistência. Somos fruto de muitas reflexões. Somos fruto da teorização de muitas experiências de luta que nos antecederam, seja no Brasil ou nos movimentos camponeses da América Latina. (MARINA DOS SANTOS)

FRUTO DA HISTÓRIA

De onde surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST? A referência histórica é fundamental para o estudo de todas as questões que envolvem a forma como o MST é apresentado na imprensa brasileira. Todas as lutas camponesas vieram a influenciar o Movimento: os povos indígenas escravizados, Zumbi dos Palmares, Canudos, Guerra do Contestado, entre outras. Marina dos Santos (da Direção Nacional do MST) reforça essa característica no texto “Brasil: Raízes do MST”³¹:

[...] Somos fruto de uma longa história. O Movimento não pode ser compreendido somente por seus últimos vinte anos. Na verdade é fruto da História realizada por nosso povo. Somos filhos do povo brasileiro. (SANTOS, 2004)

³¹ - MARINA DOS SANTOS, **Brasil: Raízes do MST**.

Artigo divulgado por meio de correio eletrônico por **Servicio Informativo "Alai-amlatina" Agencia Latinoamericana de Informacion – ALAI** — publicado em 31 de maio de 2004, São Paulo, SP.

Também disponível em <<http://alainet.org/>> <http://alainet.org/active/6202&lang=es> — acessado em 10 de abril de 2008.

A chegada dos portugueses ao Brasil — em 1500, episódio que alguns insistem em chamar de “descobrimento” —, marcou o início dos conflitos. Bem diferente do que relatam alguns “livros escolares”, a colonização portuguesa não foi pacífica nem tranqüila.

Ao contrário, os povos indígenas que habitavam estas terras há séculos, identificaram os recém chegados como invasores. Para Fernandes, B., assim começa o nosso país:

[...] Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. (2000, p. 25)

Os nativos foram massacrados física e culturalmente. Além do poderio das armas, os colonizadores contaram com o eficiente suporte religioso. Os índios que foram convertidos ao cristianismo — muitas vezes à força — puderam escapar da morte, mas não do cativo. Dessa maneira, os nativos identificaram a colonização com exploração e expropriação.

[...] Nas primeiras décadas de colonização, portugueses desbravadores enfrentaram o primeiro movimento popular do país. Chamado de Santidade, o agrupamento era formado por diversos pajés tupinambá (...) reforçando a resistência da raça à dominação lusitana e, especialmente, ao crescimento da conversão dos nativos à fé cristã. (...) Conflitos registrados entre tribos e colonizadores retardaram o mapeamento e a ocupação das terras brasileiras durante os séculos seguintes. Basta citar a Guerrilha Mura que impediu o avanço português para o interior da Amazônia por um século inteiro (1689 -

1789), dominada somente após o aldeamento dos índios por membros da ordem dos Carmelitas. [AQUINO et al., apud DIAS (2003, p. 56)]

Pouco a pouco, a resistência dos índios acabou sucumbindo ao poderio militar dos invasores. O resultado: cerca de 350 mil indígenas escravizados trabalharam na economia brasileira nos séculos XVI e XVII. Mesmo assim, o processo de caça e escravização de índios pelos colonizadores enfrentou uma ferrenha resistência.

A Confederação dos Tamoios e a Guerra dos Potiguaras são exemplos históricos desse enfrentamento. Outro grande exemplo de batalha na luta contra a escravidão aconteceu na região fronteira dos estados do sul do Brasil, território disputado por Portugal e Espanha — onde foram construídas as missões religiosas dos padres jesuítas.

[...] Em terras comuns viveram os Trinta Povos Guaranis, onde cada povoado chegou a ter entre 1.500 e 12 mil índios. Atacados constantemente pelos bandeirantes e pelos exércitos de Espanha e Portugal, os povos guaranis resistiram até a exaustão. Em 1756, ocorreu o massacre derradeiro que culminou com a morte de Sepé Tiaraju, líder guarani que se tornou símbolo da resistência indígena. A escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão negra, ao mesmo tempo em que a maior parte dos grupos indígenas foi quase que totalmente dizimada. [PREZIA e HOORNAERT apud FERNANDES, B., (2000, p. 25-26)]

Foram séculos de lutas e resistência. A escravidão dos povos indígenas acaba sendo substituída, mas a presença de escravos negros no Brasil data dos primórdios da colonização. No ano de 1584 havia, aproximadamente, 15 mil africanos escravizados. Poucos anos depois (1597) aparecem as primeiras referências a um quilombo na região de Palmares. Para Fernandes, B., os quilombos eram verdadeiros territórios livres:

[...] Os quilombos foram espaços de resistência e para se defenderem os quilombolas também atacavam engenhos e fazendas da região. Durante todo o século XVII, aconteceram inúmeros conflitos e os quilombos foram atacados diversas vezes. De 1602 a 1694, Palmares resistiu, quando o exército do bandeirante Domingos Jorge Velho, jagunço histórico, enfrentou e destruiu o exército de Zumbi, aniquilando o território palmarino. Palmares precisava ser destruído. A sua vitória significaria novos territórios livres, o que aos senhores escravocratas não interessava. Palmares entrou para a história do Brasil como uma das grandes lutas de resistência contra uma das mais cruéis formas de exploração: o cativo. (2000, p. 26)

No processo de lutas contra a escravidão, foram criados muitos quilombos por todo o país. Ganga Zumba e Zumbi foram os principais líderes de Palmares, certamente o maior dos quilombos: por volta de 1670 chegou a ter cerca de 20 mil pessoas em seu território. A resistência tem um marco: o final século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e a Abolição da Escravatura.

[...] Com o fim da escravidão, a geração do trabalho livre determinava uma outra relação social: a venda da força de trabalho. O escravo não vendia sua força de trabalho, ele era vendido como mercadoria e como produtor da mercadoria. Ele era objeto de comércio do seu proprietário. Com a formação do trabalhador livre, conservou-se a separação entre o trabalhador e os meios de produção. Agora a subordinação acontecia pela venda de sua força de trabalho ao fazendeiro, ao capitalista. (FERNANDES, B., 2000, p. 27)

Com a Abolição da Escravatura, em 1888, as lutas pela terra no Brasil ganham um novo significado. Se antes havia luta contra a escravidão, por liberdade, a partir daí passa a ser uma luta por sobrevivência. No período que vai da Abolição até o golpe militar de 1964, podem ser definidas três etapas: a primeira, até a década de 1930; a segunda, até 1954; e a terceira, até 1964.

A primeira delas é marcada pelas revoltas camponesas, conhecidas por “Lutas Messiânicas”. Esses movimentos foram marcados pela presença da fé e por serem dirigidos por um líder espiritual, messiânico. Os exemplos mais significativos envolveram milhares de camponeses e sofreram uma brutal repressão para serem controlados.

É o caso de Canudos, Bahia, sob liderança de Antônio Conselheiro, onde milhares de camponeses foram massacrados. Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, começou a pregar por volta de 1870 no interior do Nordeste. Conselheiro ajudava a realizar mutirões para a construção de igrejas e cemitérios por onde passava.

Em 1882 foi proibido, pela Igreja Católica, de realizar sermões. Suas ações de contestação ficaram mais marcantes com a proclamação da República. Conselheiro, que era contrário à separação entre o Estado e a Igreja — além de ser contra a introdução do casamento civil — fazia críticas à Igreja e à República recém implantada no país. Por isso, mais tarde, foi acusado de ser monarquista.

Após tomar parte em uma rebelião — contra a cobrança de impostos —, Antônio Conselheiro e seu grupo chegaram à região de Canudos, nordeste da Bahia, em 1893. Ele criou a localidade de Belo Monte — que considerava um refúgio sagrado —, cujas principais características eram o trabalho cooperado e a agricultura familiar. Todos tinham direito à terra!

O primeiro conflito armado durou de novembro de 1896 a outubro de 1897. O motivo foi um atraso na entrega de madeira comprada para construir a Igreja do local. A cada tentativa de conter o levante, as expedições militares eram sucessivamente derrotadas. Cada uma delas vinha com força militar superior, até que a quarta — com cerca de 10 mil homens — conseguiu vencer a resistência. Toda a população local foi massacrada. Não houve rendição. Calcula-se que a população de Belo Monte fosse de 10 mil pessoas. Há cálculos que apontam até 25 mil habitantes. Homens, mulheres, velhos, crianças, todos foram brutalmente mortos. O exército da república perdeu mais de 5 mil soldados nos confrontos.

Outro caso importante ficou conhecido como Guerra do Contestado⁴. A construção da ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul foi o cenário de um processo conturbado que resultou num conflito que durou quatro anos (de 1912 a 1916).

Na divisa entre Paraná e Santa Catarina havia uma região disputada pelos dois estados (daí o nome contestado). Em 1912, ao final da construção da ferrovia, cerca de 8 mil trabalhadores que participaram das obras ficaram desempregados e permaneceram ali mesmo na região. A empresa construtora e exploradora da ferrovia (Brazil Railway Company) recebeu do governo uma área muito grande de terras para seu uso. Madeireiras exploraram a área e destruíram as suas florestas. Milhares de famílias foram expropriados nesse processo.

Enquanto isso, em Santa Catarina, surgiu um movimento liderado por um pregador e curandeiro conhecido por “Monge” José Maria. Depois de conflitos com os proprietários de terras da região, acabou perseguido e teve que se refugiar em Vila Irani, bem no centro da região em disputa. Para os paranaenses, aquilo foi uma “invasão” de catarinenses. A força pública do Paraná reagiu, atacou o movimento, mas foi derrotada. O “monge” foi mortalmente ferido nos combates. No período seguinte o mito da volta do “monge” atraiu muita gente, e os conflitos se agravaram.

Vários confrontos foram registrados entre os seguidores do movimento e uma aliança entre a companhia da ferrovia, proprietários de terras e o governo. Em 1915, quando já havia cerca de 20 mil pessoas, a população rebelada foi massacrada por mais de sete mil soldados do exército, com o apoio de mil policiais e mais de 300 jagunços.

A segunda etapa, entre 1930 e 1954, foi marcada por lutas radicais espontâneas e localizadas. Uma característica é a negativa de Getúlio Vargas (dois governos no período) em fazer a reforma agrária. Os principais episódios são:

⁴ - A respeito do assunto é possível consultar o filme **A Guerra dos Pelados**, de 1971 (98 min). A direção é do cineasta Sylvio Back, e tem participação de Átila Iório e Jofre Soares. Lançado em plena ditadura militar, o filme sofreu com a censura da época — no entanto, tem características de documentário e boa reconstrução histórica do episódio.

1. Os posseiros da Rodovia Rio—Bahia;
2. Grileiros e governo contra posseiros;
3. Trombas e formoso: território livre;
4. No norte e sudoeste do Paraná;
5. Sudoeste do Maranhão;
6. Em terras fluminenses;
7. São Paulo: Pontal e Santa Fé do Sul.

Na terceira etapa, que vai de 1950 a 1964, o movimento apresenta lutas organizadas, com caráter ideológico e de alcance nacional. Surgem três grandes organizações camponesas na luta pela reforma agrária:

1. As **Ligas Camponesas** surgem no início da década de 1950, no Nordeste. Trabalhadores que alugavam terras (foro) abandonadas pelos proprietários são ameaçados de expulsão. Defendidos pelo advogado e deputado Francisco Julião, fundam a Liga Camponesa da Galiléia, em Pernambuco. Logo, passam de trinta na região. Exigem uma reforma agrária radical — “Reforma agrária, na lei ou na marra” — o que gerou um conflito com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e com a Igreja Católica, defensores de uma reforma agrária por etapas (com indenização dos proprietários).
2. A **Ultab — União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil** — foi criada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) em 1954. A idéia era coordenar as associações camponesas para uma aliança com o operariado. Tinha bases em quase todos os estados, exceto Rio Grande do Sul (onde foi criado o Master) e em Pernambuco (onde havia as Ligas Camponesas).
3. O **Master — Movimento dos Agricultores Sem Terra** — foi criado no final da década de 1950, no Rio Grande do Sul, a partir

da resistência de 300 famílias de posseiros, em Encruzilhada do Sul. Em seguida, o movimento espalha-se por todo o estado, com o objetivo de organizar o que eles consideram os trabalhadores sem terra (o assalariado rural, o parceiro, o peão e também pequenos proprietários e seus filhos). A partir de 1962, eles passam a organizar suas ações com acampamentos, forma de luta hoje muito usada pelo MST.

No ano de 1962, durante o Governo João Goulart (Jango), acontece a regulamentação da sindicalização dos trabalhadores rurais. Sindicatos já existentes recebem o reconhecimento e vários novos são organizados. Em 1963, sindicatos ligados à Igreja Católica (a maioria do nordeste do país) se organizam para tentar fundar uma confederação, mas são barrados pela Ultab (que reunia a maior parte das federações). No final daquele ano, os dois setores chegam a um acordo e fundam a Contag — Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

Com o golpe de 1964 e a instalação da ditadura militar, teve início uma repressão violenta que provocou desorganização e um longo período de refluxo. Os movimentos camponeses foram aniquilados, trabalhadores e líderes foram perseguidos, assassinados e exilados. Todo o processo de formação das organizações dos trabalhadores foi destruído.

Os sucessivos governos militares implantaram projetos de desenvolvimento que resultaram, como consequência, num aumento nas desigualdades sociais. O aumento da concentração de renda levou uma parcela imensa da população brasileira à situação de miséria. A concentração fundiária provocou o maior êxodo rural da história do país.

NASCIDO PARA LUTAR

Com o pretexto de modernizar, a ditadura militar foi responsável por um agravamento sem precedentes na situação do Brasil, com sérios problemas políticos e econômicos. Para Fernandes, B., esse é o cenário do nascimento do MST:

[...] O MST é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra (...) Na década de 70 os militares implantaram um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, principalmente pela criação de um sistema de créditos e subsídios [...] (2000, p. 49)

O resultado dessa política, conhecida como *modernização conservadora*, foi uma grande concentração da propriedade da terra e a expulsão de mais de 30 milhões de pessoas, obrigadas a migrar para as cidades e outras regiões do Brasil.

Com apoio político de setores da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra), foi recriada a organização camponesa. As Comunidades Eclesiais de Base foram os espaços para a nova discussão política. A partir de 1979, no Rio Grande do Sul, começaram a acontecer ocupações — que logo atingiram os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul — e resultaram na gestação do MST. Em 1984 o MST é fundado oficialmente, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

A territorialização e a consolidação do MST ocorrem na etapa seguinte, de 1985 a 1990. O Movimento reúne e debate todas as experiências de lutas pela terra e cria as condições para a formação de um movimento nacional. Consolidado, o MST passa a ser referência política.

O Movimento se fortalece com as formas tradicionais de lutas dos movimentos sociais, aliadas a novas táticas — com grande impacto político e

repercussão na imprensa — como as ocupações de terras e acampamentos em locais estratégicos; tomadas de prédios públicos e visitas a autoridades. Em seguida, o MST incorpora também a via eleitoral às suas formas de lutar. Nas eleições municipais de 1988, por exemplo, vários candidatos foram apresentados para disputar vagas de vereador e até de prefeito.

(...) optaram, também, pela candidatura de líderes para cargos políticos. Em 1988 foram 97 vereadores e três prefeitos no Rio Grande do Sul, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

(...) Da ação ilegal, o MST alça-se à tomada de decisões políticas municipais e à interferência na elaboração da Constituição. [KUSCHICK, 1996, Terceiro Capítulo (3.2)]

Essa posição do MST provoca também novas articulações dos ruralistas — que mantinham um esquema próprio de “defesa”. Com o crescimento do movimento, os proprietários de terra passaram a necessitar da Justiça — para negar o direito de posse ao movimento — e da Polícia Militar para expulsar os sem-terra.

Para Kuschick, os ruralistas querem uma “força” para sustentar a luta política no Congresso e ter mais “eficiência” nas demais ações. Com esse espírito é a criada a União Democrática Ruralista — UDR. Esse fato coincide com o período de elaboração de um plano de reforma agrária, pelo Governo de José Sarney (em 1985):

[...] uma organização paralela ao movimento sindical, para, através da contratação de assessores jurídicos, sustar desapropriações de terras, financiar campanhas para cargos eletivos, além de sustentar milícias armadas para defender terras dos membros da organização. Não que elas não fossem defendidas com armas antes, a diferença é que agora elas são assumidas por uma organização e não praticadas individualmente. [KUSCHICK, 1996, Terceiro Capítulo (3.2)]

Ironicamente, a entidade dos proprietários rurais ostentava em seu nome a palavra “democrática”. No entanto, a UDR ficou conhecida por suas ações

violentas e grande capacidade de intimidação. Ruralistas e UDR, governo e repressão, imprensa e “satanização”.

UMA DÍVIDA SOCIAL

Mais do que os textos do MST, suas ações — na prática — desafiam o capitalismo. Ao mesmo tempo, o Estado reage, reprime e usa de sua força para tentar barrar o movimento. Santos⁵ destaca essa característica:

[...] Quem luta por terra só está cobrando uma dívida social que o Estado brasileiro contraiu com os pobres. Por isso, quem luta por terra e reforma agrária, luta também pela mudança da estrutura agrária e pelas mudanças sociais no Brasil. (SANTOS, 2004)

Essa combinação de lutas — e o entendimento político desse fato — é uma característica importante no MST. Ao mesmo tempo em que deve continuar lutando contra o latifúndio, o movimento sabe que a conquista da reforma agrária só poderá ser concretizada com vitórias importantes sobre o capital. Para Santos⁶, a perspectiva é de continuar sendo um movimento social que pretende organizar os pobres do campo, porém, com destaque para o entendimento e uso da contra-ideologia:

[...] para lutar por uma sociedade com menos pobreza e menos desigualdade. E achamos que o combate ao latifúndio, ao capital, à ignorância e à dominação tecnológica é a melhor forma de construir uma sociedade igualitária no meio rural no Brasil. (SANTOS, 2004)

A herança colonial e os processos posteriores resultaram na atual estrutura fundiária concentrada, gerando, ao mesmo tempo, poder econômico e poder político. Uma das conseqüências é a formação de verdadeiros focos onde persiste a

⁵ - MARINA DOS SANTOS, **Brasil: Raízes do MST**.

⁶ - *Ibidem*.

tradição eleitoral clientelista, que garante partidos com grande representação parlamentar.

Trata-se de uma força que se articula para garantir a votação de leis para defender seus próprios interesses e permanece intimamente vinculada ao núcleo central do sistema capitalista. É esse o Estado capitalista que enfrenta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST — e utiliza a mídia nesse confronto. A violência que a imprensa demonstra ao atacar o MST é uma prova do domínio da mídia pela mesma classe dominante que controla o Estado no Brasil.

[...] Não há, nas *classes dominantes*, *interesses antagônicos* entre um setor *latifundiário* (*feudal, aristocrático, conservador*) e uma *burguesia* (*moderna, democrática, nacionalista*). Portanto, não há que se esperar uma *revolução burguesa* nos moldes dos modelos clássicos francês ou inglês. A *burguesia* fora formada sob o manto da *dependência colonial*, e integrara-se a este sistema tanto quanto o setor agrário-exportador. (BALTAR, 2000, p. 52)

A MÍDIA DOS DONOS

A imprensa tem um papel enquanto representação de classe. Defende seus interesses e ataca os que contestam a hegemonia burguesa. A questão ideológica fica clara nesse processo e permite entender a forte ligação existente entre classes dominantes e proprietários da grande imprensa no Brasil. Os meios de comunicação são usados nesse embate, independentemente dos princípios de liberdade e isenção que são defendidos em público. Outro fator a ser analisado é a questão do poder. No texto “Mídia: Objeto e Fonte de Poder”, Carvalho analisa a imprensa e as relações com o poder político:

[...] A compreensão do papel político da mídia no mundo contemporâneo e no Brasil envolve não apenas apresentar e denunciar

a parcialidade da sua cobertura, mas identificar, de um lado, as forças que utilizam a mídia como um instrumento de poder e, de outro entender como a mídia se constituiu em um campo autônomo que tem crescente poder sobre os comportamentos e as decisões, inclusive políticas, das pessoas. Isto é, não apenas o poder sobre ou na mídia, mas também o poder da mídia. (1999, p. 13)

Existe um senso comum, uma generalização informal, sobre o que é a *grande imprensa* no Brasil: os jornais e revistas de circulação nacional, as redes nacionais de rádio e televisão. De formas diferentes, acabam sendo incluídos os veículos de comunicação com características estaduais ou regionais. Em muitos casos, também entram na lista os veículos com abrangência municipal ou de uma região do estado.

Essa idéia é comum, principalmente, entre os profissionais do jornalismo, políticos dos mais variados partidos, dirigentes sindicais e de movimentos populares, além de setores importantes de pesquisadores de universidades brasileiras.

São excluídos desse grupo os jornais e revistas considerados alternativos e as empresas estatais (como a *TV Cultura*, de São Paulo). No caso dos veículos alternativos, há várias diferenças: alguns são ligados a partidos políticos (como a revista *Teoria e Debate*, do Partido dos Trabalhadores), outros a movimentos sociais (o jornal *Brasil de Fato*, ligado ao MST), além dos casos mais conhecidos como a revista *Caros Amigos*.

O processo de “satanização” do MST pela mídia ocorre em todo o país. A chamada “grande imprensa” — cuja principal característica é estar a serviço da ordem burguesa — tem um discurso afinado, alinhado com os interesses do governo federal (gestão de Fernando Henrique Cardoso), cuja tônica é combater o MST.

As práticas são visíveis: ênfase para as disputas e problemas internos do movimento, utilização de fotos para mostrar armas e “destruição”, o velho chavão de

usar a expressão “invasão” em vez de “ocupação”. A propósito disso Gohn mostra que as atitudes da mídia são geradoras de violência:

[...] Resulta que, a partir de maio de 97, a mídia das grandes empresas, ávidas por manchetes acirradas, voltou à posição anterior, de combate às ações do MST. As representações e as imagens boas foram se alterando segundo a conjuntura das relações do MST com o governo, e de problemas internos do próprio MST, que passaram a ser noticiados sistematicamente (tais como o distanciamento de um discurso libertário emancipador dos oprimidos e as práticas internas de algumas lideranças, tidas como rígidas, fechadas e autoritárias, segundo depoimentos dos próprios assentados). (...) Com isto, a posição dos principais órgãos da mídia deixou a ‘simpatia’ dos dias da marcha para o combate sistemático das ações do MST, divulgando apenas os problemas. (2000, p.147)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST — virou objeto de crítica, alvo, e, muito mais, um verdadeiro “inimigo” a ser combatido pela mídia. Isso não se dá por acaso. Os mesmos motivos que levaram vários estudiosos a analisarem o MST como fenômeno popular, também serviram de alerta às elites brasileiras. As reações da imprensa refletem esses sinais de alerta.

REALIDADE ARTIFICIAL

Nossa pesquisa foi definida pelo seguinte roteiro: em primeiro lugar, a seleção do jornal, a *Folha de S. Paulo*, por ser representativo da grande imprensa, ser tradicional e ter abrangência nacional. Essa representatividade nos permite fazer este recorte para entender o papel da grande imprensa — unificada do ponto de vista ideológico. Em segundo lugar, selecionamos um ano (2000).

Aplicamos, em seguida, uma busca nos arquivos da *Folha de S. Paulo* por citações ao **MST** e à **Reforma Agrária**. Utilizamos os arquivos eletrônicos do jornal⁷, disponíveis (para assinantes) no sítio do UOL — Universo Online — na *Internet*. Devido ao grande número de textos encontrados, restringimos a busca à primeira página (capa do jornal). Encontramos 107 (cento e sete) textos que foram analisados com base numa tabela que construímos e depois sistematizados num único quadro. (ver Tabela 1)

Tabela 1

São Paulo, janeiro a dezembro de 2000

Tabela 1 — Totalização

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
	VETORES				
V.1	Dizeres do movimento	6	6	32	36
V.2	Dizeres do jornal PRÓ	10	7	51	46
V.3	Dizeres do jornal CONTRA	7	12	66	76
V.4	Dizeres dos grandes proprietários	0	0	4	2

⁷ - Arquivos da *Folha de S. Paulo*: disponível (para assinantes) em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>
Acessado de 3 a 6 de janeiro de 2006.

Os dados apontam para uma conclusão: a imprensa pratica a manipulação da informação com o evidente objetivo de prejudicar a imagem do MST⁸. Causa e efeito, a formação do Estado no Brasil está na raiz das questões da terra em nosso país. Os proprietários de terras participaram diretamente da construção desse modelo de Estado. Ao mesmo tempo, são responsáveis pelo processo de concentração e expropriação, que resulta em toda a miséria existente no campo — com os reflexos nas cidades.

Marina dos Santos⁹ destaca que “a injustiça social está na origem do MST, que não poderia ter surgido se não houvesse concentração da terra no Brasil, onde tão somente 1% dos proprietários detém 46% das propriedades”. O MST nasceu e cresceu diante da necessidade dos trabalhadores terem formas organizativas para enfrentar o latifúndio.

Rotineiramente encontramos vários exemplos de agressão da mídia contra o MST. A mídia tem feito isso ao longo dos últimos mais de vinte anos. E tem feito com conhecimento de causa, com objetivos claros de defesa da classe dominante. Os proprietários dos meios de comunicação são parte integrante dessa mesma classe dominante. Vários deles são também proprietários rurais, ou parlamentares, ou industriais, ou até pertencem a todas as categorias simultaneamente.

⁸ - Os detalhes da pesquisa realizada podem ser encontrados na dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais, da UEL, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Bassani, em: AYOUB, Ayoub Hanna. **Mídia e Movimentos Sociais: a *satanização* do MST na Folha de S. Paulo**. 2006. 169p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.

⁹ - MARINA DOS SANTOS, **Brasil: Raízes do MST**.

Por isso, a imprensa reflete sua responsabilidade nesse processo, protegendo e defendendo os latifundiários e atacando duramente as camadas mais pobres e sofridas da população brasileira. Os meios de comunicação de massa usam — e abusam — de sua influência e poder de manipulação.

No caso do MST — e de toda a história que o antecede — a mídia amplia o processo de manipulação. Ela constrói uma “realidade” com base nos seus próprios interesses de classe. Tudo isso praticando uma forma de jornalismo com total desrespeito à Ética.

VERDADES E VERDADES

O jornalista e professor Perseu Abramo¹⁰ é o autor do ensaio *Padrões de manipulação na grande imprensa* — transformado em livro alguns anos após sua morte. Um conceito importante definido por Abramo (2003, p. 23) é que “uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação”.

Os *padrões de manipulação* estabelecidos formam um roteiro para a identificação e a classificação da manipulação na imprensa. Assim Abramo (2003, p. 24-35) classifica os padrões de manipulação:

1. Padrão de ocultação;
2. Padrão de fragmentação;
3. Padrão da inversão;

¹⁰ - ABRAMO, Perseu: Jornalista e sociólogo. Foi professor de sociologia na Universidade de Brasília e na Universidade Federal da Bahia, e professor de jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Fundação Armando Álvares Penteado.

4. Padrão de indução;
5. Padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio.

Quando o assunto é o MST, a pauta — a verdadeira pauta — deveria ser baseada na realidade do país. Em primeiro lugar, na História. É lá que está a verdade sobre as origens dos problemas de nosso país, incluindo a questão agrária. Em segundo, nas periferias das cidades, nos acampamentos e assentamentos do MST. Para análise da manipulação em relação ao objeto de nossa pesquisa, fica evidente o padrão de fragmentação:

[...] o “resto” da realidade é apresentado pela imprensa ao leitor não como uma realidade, com suas estruturas e interconexões, sua dinâmica e seus movimentos e processos próprios, suas causas, suas condições e suas conseqüências.

(...) desligados de seus antecedentes e seus conseqüentes no processo em que ocorrem (...)

O padrão de fragmentação implica duas operações básicas: a *seleção de aspectos*, ou particularidades, do *fato* e a *descontextualização*. (ABRAMO, 2003, p. 27)

Encontramos reiteradas vezes a *descontextualização* na forma de apresentação do MST na grande imprensa. Uma boa pauta deveria mostrar também o outro lado. Quem são e por que lutam essas pessoas, qual o motivo de tanto sofrimento? E por que agem dessa maneira? Fora do contexto histórico as ações do Movimento são alvo de críticas. O texto a seguir demonstra como se posiciona a imprensa, usando um editorial — completamente descontextualizado — para expressar sua opinião contrária ao Movimento dos Sem Terra:

Autor:
Editoria: PRIMEIRA PÁGINA. Página: 1-1
Edição: **Nacional** May 4, 2000
Vinheta/Chapéu: BRASIL

OPINIÃO DA FOLHA

Leia os editoriais "Governo leniente", sobre ações do MST; "Óbvios conselhos", acerca de bancos estatais; e "Aids e segurança", sobre decisão dos EUA.

Pág. 1-2

Autor:
Editoria: OPINIÃO Página: 1-2
Edição: **São Paulo** May 4, 2000
Seção: EDITORIAL

GOVERNO LENIENTE

Leniência governamental é o que se tem visto nos episódios recentes que envolvem algumas ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Anteontem, representantes do MST invadiram prédios públicos em várias capitais brasileiras. Fato recorrente no governo de Fernando Henrique Cardoso, a invasão de instalações da administração pública é condenável por todos os ângulos por que se possa analisá-la. Trata-se de abuso injustificável, além de uma transgressão da lei. Portanto, o governo instituído possui toda a legitimidade para reprimir esses abusos. Mas a complacência do governo FHC e de governos estaduais em lançar mão da força policial acabou por transformar a ocupação de prédios públicos em lugar-comum para um movimento que não se peja de avançar nos delitos que comete, fazendo reféns em algumas invasões. Se as autoridades tivessem agido com a energia necessária desde o início, por certo a situação não teria chegado aos extremos de hoje.

Compreende-se o desafio que é a formação de uma força policial capaz de agir de maneira eficaz em um regime democrático. É evidente que a maioria das corporações policiais brasileiras ainda está mal preparada para atuar na repressão de movimentos de massa — a exemplo da questionável ação da PM paranaense no episódio de anteontem. Sabe-se também que lideranças irresponsáveis de sem-terra por vezes incitam o conflito, arriscando a vida de seus colegas, para exporem-se aos holofotes da mídia, especialmente a internacional. Mas nada disso é desculpa para a inação dos governantes. Ao contrário, apenas lhes incumbe mais responsabilidade de agir, pois se não o fizerem restarão coniventes com a transgressão.

Felizmente, já vai bem longe o tempo em que se entendia, neste país, a questão social como caso de polícia. Mas o corolário disso, num momento em que estão garantidos direitos de protestar, de fazer greve, de manifestar livremente o pensamento, é que a lei esteja a balizar todas as ações e que, quando ela for transgredida, seja por quem for, não se dê o mínimo espaço para a impunidade

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS VETORES	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
V.1	Dizeres do movimento				
V.2	Dizeres do jornal PRÓ				
V.3	Dizeres do jornal CONTRA		X	X	X
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da investigação demonstra que a imprensa transformou o MST em vítima de processos de manipulação. Constata-se que os *padrões de manipulação* definidos por Perseu Abramo estão presentes no resultado da pesquisa, com destaque para a *descontextualização*. Todos os aspectos da história da luta pela terra no Brasil devem (ou deveriam) estar presentes no noticiário sobre o MST.

Ao retirar do contexto as lutas e a resistência contra a escravidão, o enfrentamento das comunidades indígenas, para citar alguns exemplos, a imprensa apresenta o MST como “fora-da-lei”, arruaceiros, antidemocráticos, etc.

No caso do MST — e de toda a história que o antecede —, a manipulação configura uma prática de jornalismo com desrespeito ao direito constitucional à informação e às normas da Ética dos jornalistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- AYOUB, Ayoub Hanna. **Mídia e Movimentos Sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo**. 2006. 169p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.
- BALTAR, Ronaldo. **O Ponto Morto**. Londrina: Editora UEL, 2000.
- DIAS, Emerson dos Santos. **Conflitos e Contradições nas Raízes dos Movimentos Sociais Brasileiros**. *Revista Mediações*: Departamento de Ciências Sociais, Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, v. 8, n. 2, p. 55-81, jul./dez. 2003. Londrina: Editora UEL, 2003.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- KUSCHICK, Christa Liselote Berger. **Campos em Confronto: Jornalismo e Movimentos Sociais — As Relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora**. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) — Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-0.html> — acessado em 29 de julho de 2004.